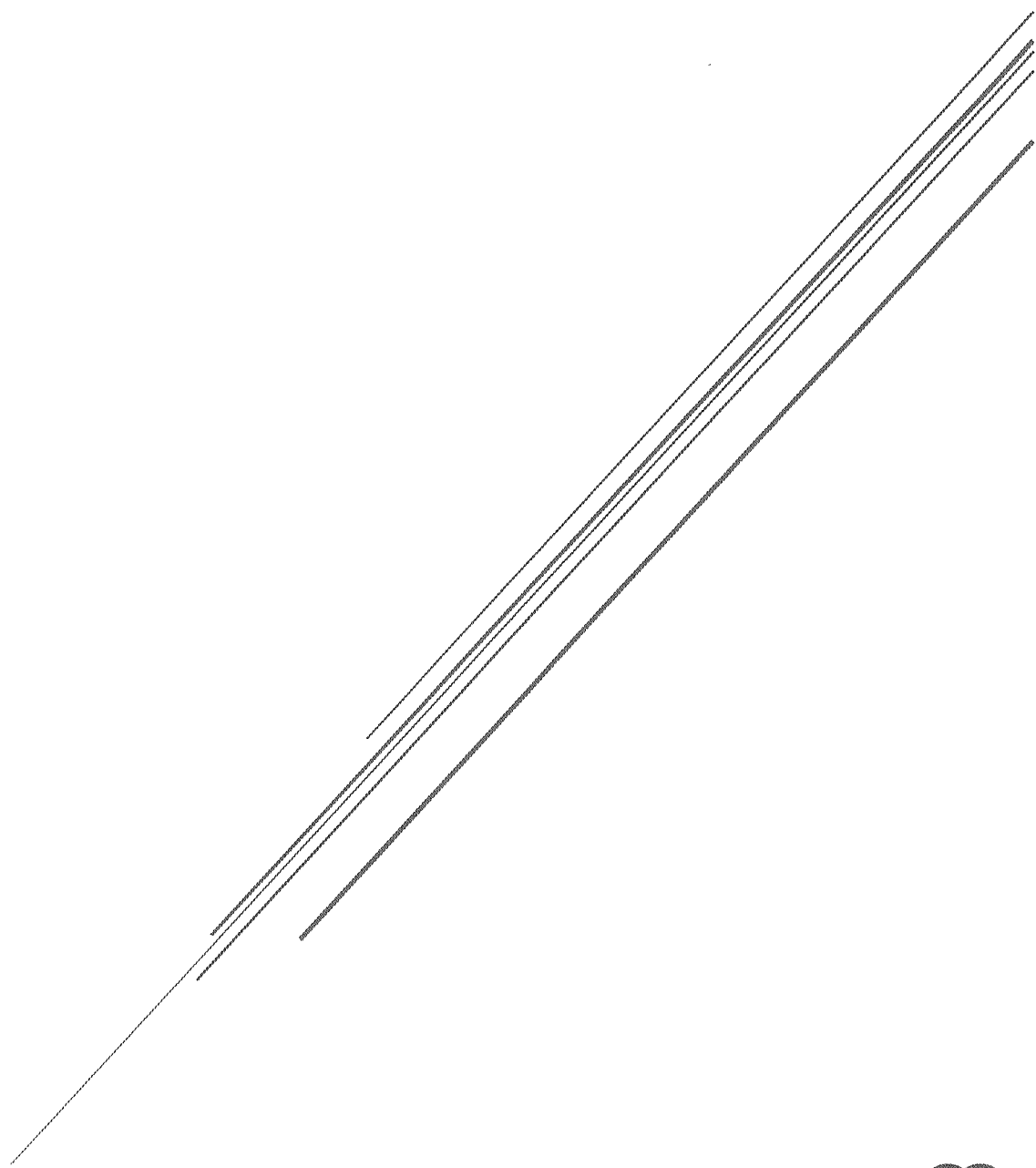


RELATÓRIO DE GESTÃO

2025





OBRA DO FREI GIL

Índice

Introdução.....	2
1. A Sociedade de Promoção Social – Obra do Frei Gil.....	2
1.1. Enquadramento histórico.....	2
1.2. Estrutura Organizacional	3
1.3. Missão, visão e valores.....	5
2. Plano de Ação.....	6
3. Sustentabilidade e Responsabilidade Social.....	10
4. Recursos Humanos.....	11
5. Atividades.....	13
6. Investimentos e desinvestimentos.....	14
7. Rendimentos, gastos e resultados.....	16
8. Situação financeira.....	19
9. Perspetivas para 2026.....	19
10. Proposta de aplicação dos resultados.....	22
11. Agradecimentos.....	22

Índice de Figuras

Figura 1: Organograma da SPSOFG.....	5
Figura 2 - Recursos humanos em 2025.....	12
Figura 3 - Rendimentos 2025.....	17
Figura 4 - Subsídios, doações e legados à exploração 2025.....	17
Figura 5 - Gastos 2025.....	18
Figura 6- Resultados dos últimos cinco anos.....	19

Introdução

A Sociedade de Promoção Social – Obra do Frei Gil (SPSOFG) tem, ao longo dos anos, desempenhado um papel relevante no acolhimento, proteção e promoção do bem-estar de crianças e jovens, contribuindo para o desenvolvimento dos seus projetos de vida, o fortalecimento da sua autonomia e o acompanhamento dos respetivos contextos familiares.

Tendo como visão estratégica “ser uma referência na inovação social”, a instituição tem investido na qualificação das suas respostas sociais, na inovação dos modelos de intervenção e na identificação de soluções ajustadas às necessidades emergentes das comunidades que serve.

A sustentabilidade económica continua a representar um dos principais desafios para a SPSOFG. Apesar do resultado líquido positivo obtido em 2022, os exercícios de 2023, 2024 e 2025 voltaram a apresentar resultados negativos, influenciados pelo aumento do salário mínimo nacional, pelas atualizações das tabelas salariais, pela inflação e pela generalizada elevação do custo de vida em Portugal.

O presente relatório tem como objetivo dar a conhecer as principais iniciativas e projetos desenvolvidos pela SPSOFG em 2025, bem como as estratégias adotadas com vista à consolidação da sua sustentabilidade económica e à gestão eficiente dos recursos disponíveis.

1. A Sociedade de Promoção Social – Obra do Frei Gil

A Sociedade de Promoção Social - Obra do Frei Gil, daqui em diante designada no presente documento por “SPSOFG”, é uma instituição particular de solidariedade social (IPSS), sem fins lucrativos, canonicamente constituída nos termos do parágrafo 1 do cânone 1303 do Código de Direito Canónico.

1.1. Enquadramento Histórico

A Sociedade de Promoção Social – Obra do Frei Gil (SPSOFG) foi fundada em 1942 pelo Frade Dominicano Frei Gil Nunes Alferes. Com o falecimento do seu fundador em 1979, a instituição foi deixada, por testamento, ao Ordinário Diocesano de Coimbra, passando a ter como Prelado Protetor e Tutelar o Bispo de Coimbra.



OBRA DO FREI GIL

Entre 1942 e 1979, a SPSOFG foi gerida diretamente por Frei Gil, numa lógica voluntarista de autossuficiência, baseada na afetação dos legados e heranças recebidos à resposta às carências sociais mais urgentes da região onde se situavam os ativos da instituição. Esta abordagem, embora profundamente alinhada com os valores de solidariedade do fundador, deparou-se frequentemente com a escassez de recursos para assegurar a manutenção das infraestruturas — muitas delas degradando-se com o tempo — e para fazer face a despesas correntes e novas exigências de apoio social.

Com a passagem da gestão para a tutela da Diocese de Coimbra, o foco manteve-se na continuidade da missão social da SPSOFG. Simultaneamente, têm sido desenvolvidos esforços significativos para a regularização e proteção dos direitos patrimoniais da instituição. Apesar de não serem contestados, muitos destes direitos — sobretudo de natureza imobiliária — carecem de formalização jurídica, exigindo processos complexos de registo público frequentemente dificultados pela ausência de documentação ou de intervenientes nas transações que originaram a incorporação desses bens no património da SPSOFG.

Com o objetivo de garantir rendimentos regulares e a sustentabilidade da missão institucional, a SPSOFG tem mantido diálogo contínuo com entidades públicas. Fruto desse esforço, a instituição foi reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública em 25 de março de 1991, conforme registo n.º 42/91, fl. 133, livro n.º 4 das Fundações de Solidariedade Social, publicado no Diário da República, III Série, n.º 285, de 11 de dezembro de 1991 (p. 21 420).

Este estatuto permitiu o estabelecimento de uma parceria duradoura com os Centros Distritais da Segurança Social de Coimbra, Porto e Aveiro, através de acordos de cooperação que continuam a vigorar. Estes acordos asseguram um cofinanciamento essencial ao funcionamento das respostas sociais da SPSOFG, que, por sua vez, continua a envidar todos os esforços necessários para garantir o financiamento complementar indispensável à prossecução da sua missão.

1.2. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da SPSOFG, descrita na tabela abaixo, abrange três casas de acolhimento residenciais sitas em Praia de Mira, distrito de Coimbra, Lobão (St.ª Maria da Feira), distrito de Aveiro, e Ramalde, distrito do Porto. Abrange ainda um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) localizado no centro de St.ª Maria da Feira, um Infantário,



com as valências da creche e pré-escolar, localizado em Bustos, no distrito de Aveiro e um Apartamento de Autonomização no Porto.

Nº Ordem	Local	Descrição
1	Praia de Mira	Sede e “Casa de Acolhimento Residencial” (CAR) com capacidade para acolher em permanência 40 crianças e jovens do sexo masculino.
2	Ramalde	“Casa de Acolhimento Residencial” (CAR) com capacidade para acolher 35 crianças e jovens de ambos os sexos.
3	Lobão	“Casa de Acolhimento Residencial” (CAR) com capacidade para 30 crianças e jovens do sexo masculino.
4	Santa Maria da Feira	“Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental” – (CAFAP) – Acompanhamento de 45 famílias.
5	Bustos	Infantário com Creche e Pré-Escolar com capacidade para acolher 100 crianças.
6	Porto	Apartamentos de Autonomização (4 jovens).

A SPSOFG rege-se por Estatutos próprios, com base no artigo 10.º do Estatuto das IPSS publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, que republicou o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, e a sua atividade é desenvolvida de forma direta nas infraestruturas referidas nos n.ºs 1 a 5 do quadro anterior, as quais correspondem às suas atividades principais na aceção que lhes é dada pelo referido Estatuto das IPSS. Abaixo segue o organograma institucional:

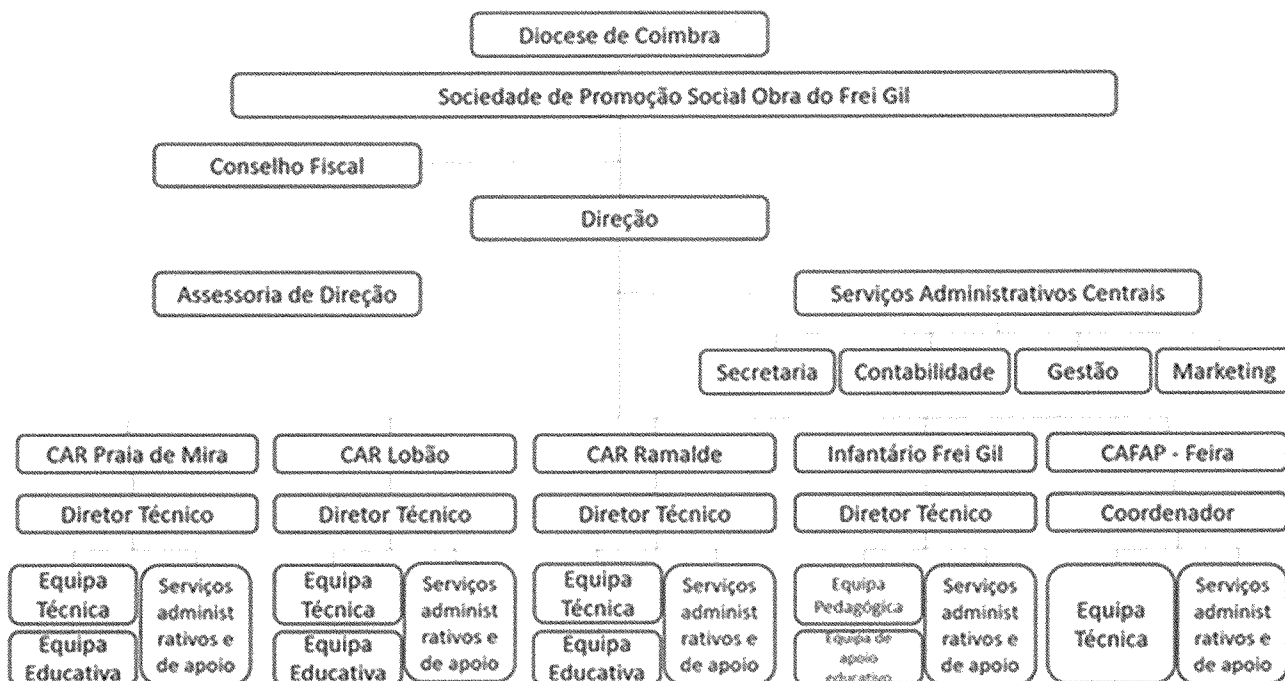


Figura 1: Organograma da SPSOFG

1.3. Missão, Visão e Valores

No ano de 2020, com a introdução do novo departamento de gestão, a missão, visão e valores institucionais foram alvo de alterações, com base numa análise conjunta e sistemática do funcionamento das respostas sociais, bem como dos planos e perspetivas traçados para o futuro. Assim, ficaram decretadas as novas missões divididas pelo tipo de resposta social, a nova visão da instituição e ainda os valores que devem prevalecer na cultura organizacional.

Missão CAR

Promover o desenvolvimento integrado e humanizado das crianças e jovens, no sentido do exercício da sua plena cidadania.



OBRA DO FREI GIL



Missão Infantilário

Prestar um serviço pedagógico adaptado a cada utente, promovendo o desenvolvimento pessoal, social e afetivo da criança, garantindo o seu bem-estar.

Missão CAFAP

Apoiar as famílias promovendo um desenvolvimento saudável e fomentando capacidades e competências parentais para assim garantir o bem-estar de cada elemento.

Visão SPSOFG

Ser uma referência na Inovação Social

Valores SPSOFG

Cooperação

Subsidiariedade

Proporcionalidade

Solidariedade

Participação

Liberdade e Autonomia

Responsabilidade Social

Respeito e Igualdade

Inovação Social

Sustentabilidade

Confidencialidade

Transparência

Integridade

Idoneidade

Inclusão Social

Dignidade Humana

2. Plano de Ação

Ao longo do ano de 2025, a Sociedade de Promoção Social – Obra do Frei Gil (SPSOFG) definiu e desenvolveu os seus objetivos estratégicos com base em sete eixos fundamentais: Missão das Respostas Sociais, Recursos Humanos, Inovação Social, Sustentabilidade Económica, Infraestruturas, Sustentabilidade Ambiental e Responsabilidade Social e Inclusão.

1. Missão das Respostas Sociais

Em 2025, a SPSOFG deu continuidade ao compromisso com a qualidade e alargamento das suas respostas sociais, procurando ir ao encontro das necessidades reais das comunidades em que atua.

Entre as principais ações concretizadas destacam-se:



OBRA DO FREI GIL

- Continua reestruturação da CAR de Ramalde, consolidando melhorias operacionais iniciadas em 2024;
- Apresentação de candidatura ao PROCOOP para alargamento do CAFAP de Santa Maria da Feira, respondendo a uma necessidade sinalizada no território e com boa viabilidade financeira;
- Apresentação de candidatura ao PROCOOP para a criação de um novo CAFAP no município de Mira, promovendo inovação social num concelho ainda sem esta resposta;
- Estudo de viabilidade para ampliação da creche em Bustos, identificado como projeto prioritário para o futuro, condicionado em 2025 pela falta de recursos financeiros para obras de adaptação;
- Criação de comissões de melhoria contínua nas unidades de resposta social, com reuniões periódicas para revisão de práticas e monitorização de indicadores de qualidade.

2. Recursos Humanos

Em 2025, os esforços da SPSOFG no eixo dos Recursos Humanos centraram-se na capacitação das equipas, no reforço da comunicação interna e na promoção de um ambiente de trabalho mais estável, colaborativo e alinhado com os objetivos institucionais.

Medidas implementadas:

- Realização de reuniões mensais de coordenação entre a Direção, os dirigentes das respostas sociais e os responsáveis de departamentos, promovendo a partilha de informação e a tomada de decisões mais eficaz;
- Promoção de ações de formação contínua para dirigentes e colaboradores, com foco no desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais;
- Elaboração e implementação de um plano de acolhimento para novos colaboradores, assegurando uma integração mais estruturada e alinhada com a cultura organizacional;
- Criação e implementação de um novo sistema de comunicação interna entre casas e departamentos, promovendo uma gestão mais articulada, fluída e eficaz da informação institucional.



3. Inovação Social

O ano de 2025 foi marcado pela aposta na criação de respostas inovadoras e na procura ativa de financiamento para projetos com impacto social relevante.

Principais iniciativas:

- Candidaturas ao PROCOOP para novo CAFAP (Mira);
- Candidaturas ao PROCOOP para alargamento do CAFAP em Santa Maria da Feira.

4. Sustentabilidade Económica

Em 2025, a SPSOFG manteve uma política de contenção orçamental e rigor financeiro, aliada à procura de novas formas de financiamento e rentabilização dos recursos existentes.

Ações desenvolvidas:

- Elaboração de candidaturas com base em critérios de viabilidade económica e retorno social;
- Manutenção de contactos com entidades públicas e privadas com vista à formalização de novas parcerias estratégicas;
- Planeamento de atividades/campanhas físicas com potencial contribuição de mecenas e doadores;
- Lançamento de campanhas de doações através de plataformas digitais, reforçando a comunicação externa com a comunidade;
- Avaliação do potencial de rentabilização de imóveis do património institucional para fins compatíveis com a missão.

5. Infraestruturas

Em 2025, os objetivos no eixo das Infraestruturas centraram-se na manutenção, requalificação e melhoria funcional dos edifícios, sempre dentro do orçamento disponível.

Foram concretizadas:



OBRA DO FREI GIL

- Obras de requalificação pontuais em várias unidades, com foco em segurança, acessibilidade e conforto térmico;
- Substituição de equipamentos obsoletos por alternativas mais eficientes do ponto de vista energético;
- Continuidade na regularização legal e registral de imóveis, ultrapassando constrangimentos antigos;
- Levantamento técnico para definição de prioridades em futuras intervenções estruturais.

6. Sustentabilidade Ambiental

Em coerência com os princípios de responsabilidade ambiental, a SPSOFG reforçou em 2025 uma cultura organizacional orientada para a redução do desperdício e economia circular.

Principais ações:

- Adoção de práticas de reutilização e reciclagem em todas as unidades;
- Sensibilização ambiental junto de colaboradores, crianças e jovens, através de oficinas e ações educativas;
- Introdução de ecopontos e separação de resíduos nos espaços institucionais;
- Início da substituição de iluminação por tecnologia LED de baixo consumo;
- Estudo para instalação de painéis fotovoltaicos em edifícios com maior consumo energético.

7. Responsabilidade Social e Inclusão

Durante 2025, a SPSOFG manteve o seu compromisso com a promoção da inclusão social, a proteção das minorias e a valorização da diversidade.

Entre as medidas destacam-se:

- Reforço do trabalho individualizado com crianças e jovens, respeitando trajetórias de vida e necessidades específicas;



- Implementação de práticas pedagógicas inclusivas, adaptadas às diferentes realidades culturais, sociais e familiares;
- Participação em campanhas e redes de intervenção local, promovendo direitos humanos e igualdade de oportunidades.

3. Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Em 2025, a SPSOFG manteve o seu compromisso com os princípios da sustentabilidade ambiental e da responsabilidade social, considerando-os como elementos transversais à sua atuação e alinhados com os valores institucionais.

Sustentabilidade Ambiental

Durante o ano, foram desenvolvidas diversas iniciativas com o objetivo de promover práticas ambientalmente sustentáveis no funcionamento da organização:

- Reforço dos procedimentos de separação e reciclagem de resíduos, com ações de sensibilização e melhoria da sinalética;
- Redução da utilização de materiais descartáveis, privilegiando alternativas reutilizáveis nos serviços;
- Promoção de ações de formação interna para colaboradores e utentes sobre práticas sustentáveis no quotidiano;
- Desenvolvimento de hortas pedagógicas em algumas respostas sociais;
- Início da análise técnica e orçamental para instalação de painéis fotovoltaicos em estruturas com maior consumo energético.

Estas medidas refletem o esforço contínuo da SPSOFG na adoção de comportamentos sustentáveis e na implementação de práticas alinhadas com a economia circular.

Responsabilidade Social e Inclusão

No âmbito da responsabilidade social, a instituição desenvolveu estratégias com foco na promoção da igualdade de oportunidades, da inclusão e da valorização da diversidade:

- Implementação de planos individualizados de acompanhamento, tendo em conta as especificidades de cada criança e jovem;



OBRA DO FREI GIL

- Realização de atividades de inclusão intercultural e intergeracional, com enfoque na convivência e respeito pela diversidade;
- Reforço da rede de parcerias locais e nacionais com vista à integração social e ao acesso a serviços especializados;
- Criação de um banco de recursos solidário, com vista ao apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Participação em campanhas e ações de sensibilização para a inclusão e igualdade.

Voluntariado

A atividade de voluntariado continuou a ser promovida e valorizada como instrumento de responsabilidade social:

- Reorganização do programa de voluntariado nacional e internacional, com critérios de integração e acompanhamento definidos;
- Envolvimento de voluntários em atividades de apoio educativo, lúdico e logístico;
- Dinamização de momentos de partilha e integração entre voluntários, utentes e colaboradores;
- Estreitamento de laços com programas de mobilidade e entidades de voluntariado comunitário.

4. Recursos Humanos

As pessoas são o ativo mais importante da SPSOFG, servindo de eixo central ao movimento da missão e da visão da instituição. Os recursos humanos em 2025 foram compostos por:

- Uma média de 5 elementos da Direção (Regime de voluntariado);
- Uma média de 3 elementos do Conselho Fiscal (Regime de voluntariado);
- Uma média de 13 colaboradores voluntários enquadrados nos programas de voluntariado de diferentes valências;
- Uma média de 89 colaboradores remunerados;

- Uma média de 1 colaborador inserido em medidas temporárias dos Programas IEFP, nomeadamente nos programas CEI.

Segue um gráfico representativo dos recursos humanos da instituição no ano de 2025:

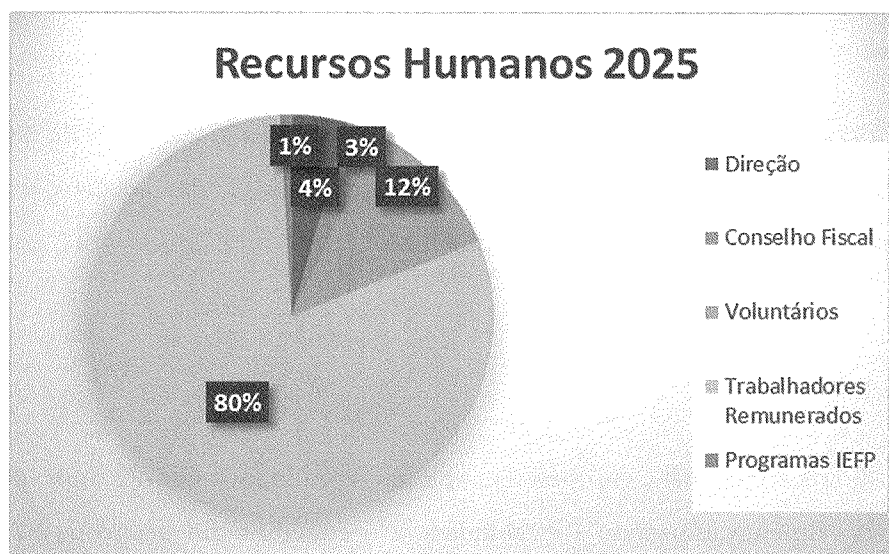


Figura 2 - Recursos humanos em 2025

Os encargos com pessoal representam um custo fixo essencial e estrutural, com reduzida margem de ajustamento a curto prazo. Tendo um peso significativo na composição global dos custos da instituição, o seu aumento contínuo constitui um fator de preocupação, especialmente num contexto de elevação sistemática da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) e das progressões remuneratórias dos colaboradores, de acordo com os normativos legais em vigor.

Apesar do esforço de contenção e planeamento orçamental, a comparticipação financeira do Estado, através dos acordos de cooperação, tem-se mantido estável ou com incrementos pouco expressivos, não acompanhando a evolução real dos encargos com pessoal. No ano de 2025, notou-se um aumento nos apoios.

Para mitigar este desequilíbrio, a SPSOFG tem recorrido a medidas temporárias de apoio à empregabilidade, nomeadamente programas do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), bem como ao envolvimento de voluntários nacionais e internacionais. Embora estas soluções representem um contributo relevante para a continuidade dos serviços e para a

dinamização das equipas, não oferecem a estabilidade nem a continuidade necessária ao pleno funcionamento e à coesão das estruturas de trabalho permanentes.

Face a este cenário, reforça-se a necessidade de revisão dos modelos de financiamento das respostas sociais, de forma a garantir uma sustentabilidade efetiva e a valorização adequada dos recursos humanos, elemento central na prossecução da missão da SPSOFG.

No ano de 2025, verificou-se um aumento nos gastos com pessoal em cerca de 38 milhares de euros. Este aumento deve-se sobretudo ao aumento da RMMG, das atualizações das tabelas salariais e das progressões de carreira dos trabalhadores.

5. Atividades

O contexto económico nacional e europeu tem-se caracterizado, nos últimos anos, por sucessivas crises que inevitavelmente impactam a estabilidade e o equilíbrio financeiro da SPSOFG. Esta conjuntura tem dificultado a geração de excedentes financeiros por parte da instituição, limitando a sua capacidade de reinvestimento nas atividades essenciais e comprometendo a margem de manobra para inovação e crescimento sustentado.

Nos últimos exercícios, a sustentabilidade financeira da SPSOFG foi assegurada, em parte, por via da alienação de património imobiliário. Apesar de esta solução ter permitido a continuidade dos serviços e a resposta às obrigações imediatas, trata-se de uma estratégia transitória, que não poderá sustentar-se a longo prazo sem comprometer o futuro da organização. A ausência de investimento regular agrava o cenário e reforça a urgência de reequilíbrio estrutural e redefinição das fontes de financiamento.

Em 2025, com os esforços de contenção e racionalização de custos, verificou-se uma diminuição dos gastos de exploração associados às atividades diretas, que registaram uma diminuição de cerca de mil euros face a 2024. Enquanto as comparticipações da Segurança Social, no âmbito dos acordos de cooperação em vigor, apresentaram um aumento de 29 mil euros em relação ao ano anterior.

A Direção tem prosseguido com uma estratégia de ajustamento e otimização, assente nos seguintes eixos:



- Reforço da articulação entre Direção e Diretores Técnicos, através de reuniões periódicas com enfoque na monitorização de custos e no incentivo à participação ativa em candidaturas a fundos de inovação social e campanhas de angariação de fundos;
- Controlo rigoroso das despesas, quer nas dimensões diretamente associadas às crianças e jovens, quer nas restantes áreas de funcionamento institucional;
- Rentabilização e reorganização dos recursos humanos, com vista à eficiência e estabilidade das equipas;
- Submissão de candidaturas a novos acordos de cooperação, com destaque para respostas sociais com maior rentabilidade operacional, garantindo assim maior equilíbrio entre investimento e retorno;
- Promoção da diversificação das fontes de receita, através de serviços complementares e parcerias estratégicas;
- Monitorização contínua dos indicadores económicos e financeiros, com vista à deteção precoce de desvios e à tomada de decisão informada.

A execução destas medidas inscreve-se na estratégia de médio e longo prazo da SPSOFG, que visa alcançar a sustentabilidade plena da atividade social, sem comprometer a missão nem a qualidade das respostas prestadas.

6. Investimentos e desinvestimentos

No ano de 2025, à semelhança do que sucedeu em 2024, a SPSOFG adotou uma postura de prudência na realização de investimentos de grande dimensão, face à contínua imprevisibilidade da conjuntura económica, tanto a nível nacional como interno. Esta decisão foi sustentada pela necessidade de preservar a sustentabilidade financeira da instituição num período marcado por instabilidade inflacionária, aumento de custos operacionais e limitações no crescimento das fontes de financiamento público.

Ainda assim, e mantendo a visão estratégica de crescimento e adaptação às necessidades sociais emergentes, a SPSOFG focou os seus esforços na criação e alargamento de respostas sociais com



maior viabilidade económica e impacto positivo, procurando simultaneamente diversificar as suas fontes de receita e fortalecer a sua presença territorial. Neste sentido, foram elaboradas e submetidas candidaturas ao programa PROCOOP, com vista à obtenção de financiamento para:

- O alargamento da capacidade de resposta do CAFAP de Santa Maria da Feira, dada a elevada procura local e a rentabilidade da resposta;
- A criação de um novo CAFAP no concelho de Mira, onde a ausência desta tipologia de resposta representa uma oportunidade para inovação social e reforço da missão da instituição;
- A análise da viabilidade de expansão da resposta de Creche em Bustos, identificando as necessidades estruturais e orçamentais para futuras obras de requalificação e ampliação.

Estas ações inserem-se numa estratégia de expansão sustentada, orientada não apenas para o crescimento, mas para o equilíbrio económico de longo prazo da SPSOFG, com base em respostas sociais financeiramente viáveis e alinhadas com os objetivos da instituição.

Apesar da limitação em investimentos estruturais de grande escala, a SPSOFG deu continuidade à execução de obras consideradas prioritárias e inadiáveis, essenciais para garantir a segurança, funcionalidade e dignidade das infraestruturas existentes. A Direção tem acompanhado de forma sistemática o estado dos edifícios e equipamentos, avaliando os riscos associados às intervenções ainda por realizar, e identificando oportunidades de financiamento externo para a sua concretização em fases futuras.

Entre as iniciativas complementares destacam-se:

- A substituição e modernização gradual de equipamentos energéticos, com vista à melhoria da eficiência energética e à redução de custos operacionais;
- A reformulação de espaços comuns e técnicos em algumas respostas sociais, aumentando a funcionalidade e a qualidade do acolhimento;
- A atualização dos diagnósticos de manutenção preventiva, como instrumento de planeamento estratégico e de mitigação de riscos.



Em paralelo, foi dado início ao estudo de um plano de investimento a médio prazo, com enfoque em:

- Identificação de ativos não rentabilizados e avaliação do seu potencial de uso para novas valências;
- Exploração de parcerias estratégicas com entidades públicas e privadas para cofinanciamento de infraestruturas;
- Desenvolvimento de candidaturas a fundos comunitários e mecanismos de financiamento verde, alinhados com os eixos de sustentabilidade e inovação social.

Esta abordagem, baseada em contenção responsável e investimento seletivo, reflete o compromisso da SPSOFG com uma gestão rigorosa, mas também com uma visão de futuro sustentável, assegurando a continuidade e o crescimento da sua intervenção social.

7. Rendimentos, gastos e resultados

Durante o exercício de 2025 a SPSOFG registou rendimentos no montante de 2.281 milhares de euros (m€), um acréscimo de cerca de 86 m€ em relação ao exercício anterior.

A principal fonte de financiamento da atividade foram os Centros Regionais da Segurança Social que com as suas comparticipações de 1.719 m€ garantiram a maioria das necessidades de financiamento da Instituição, conforme gráfico que se segue:

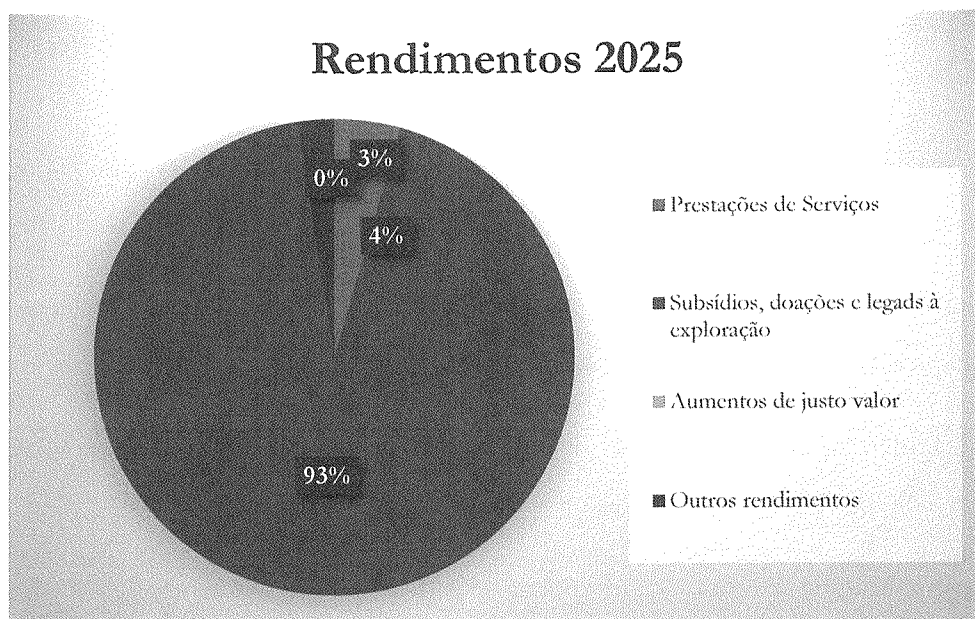


Figura 3 - Rendimentos 2025

Dentro dos subsídios, doações e legados à exploração podemos verificar de onde provieram os rendimentos no gráfico que se segue:

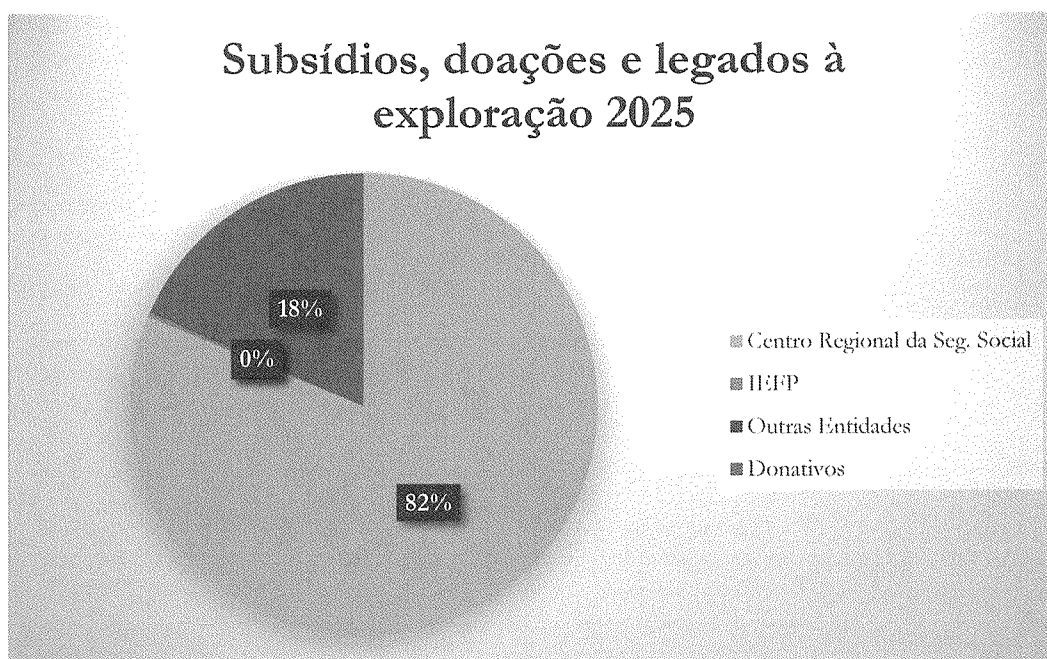


Figura 4 - Subsídios, doações e legados à exploração 2025

Os Gastos de 2025 atingiram 2 328 m€, onde se salienta os gastos com pessoal no montante de 1.583 m€, conforme o gráfico que se segue:

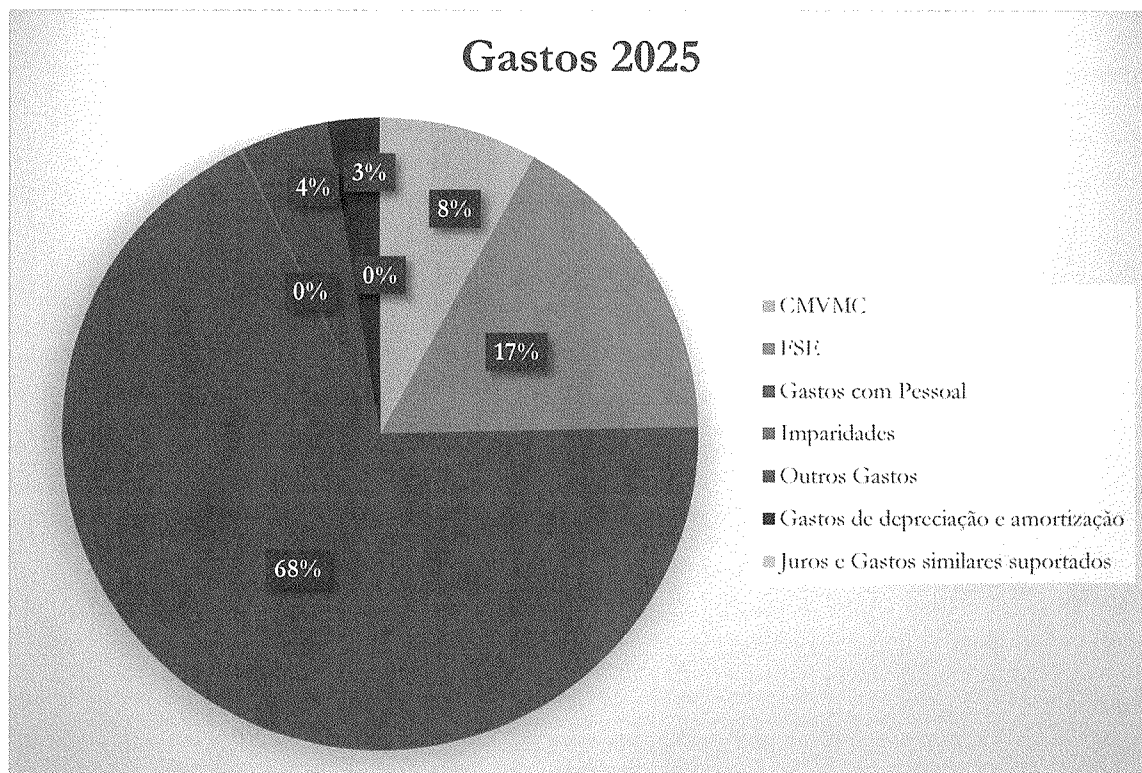


Figura 5 - Gastos 2025

A Instituição apurou assim um resultado negativo de 47 155,72€, valor que compara com o resultado negativo de €133.980,42 apurado no exercício de 2024, conforme gráfico que se segue:

Resultado Líquido do Período

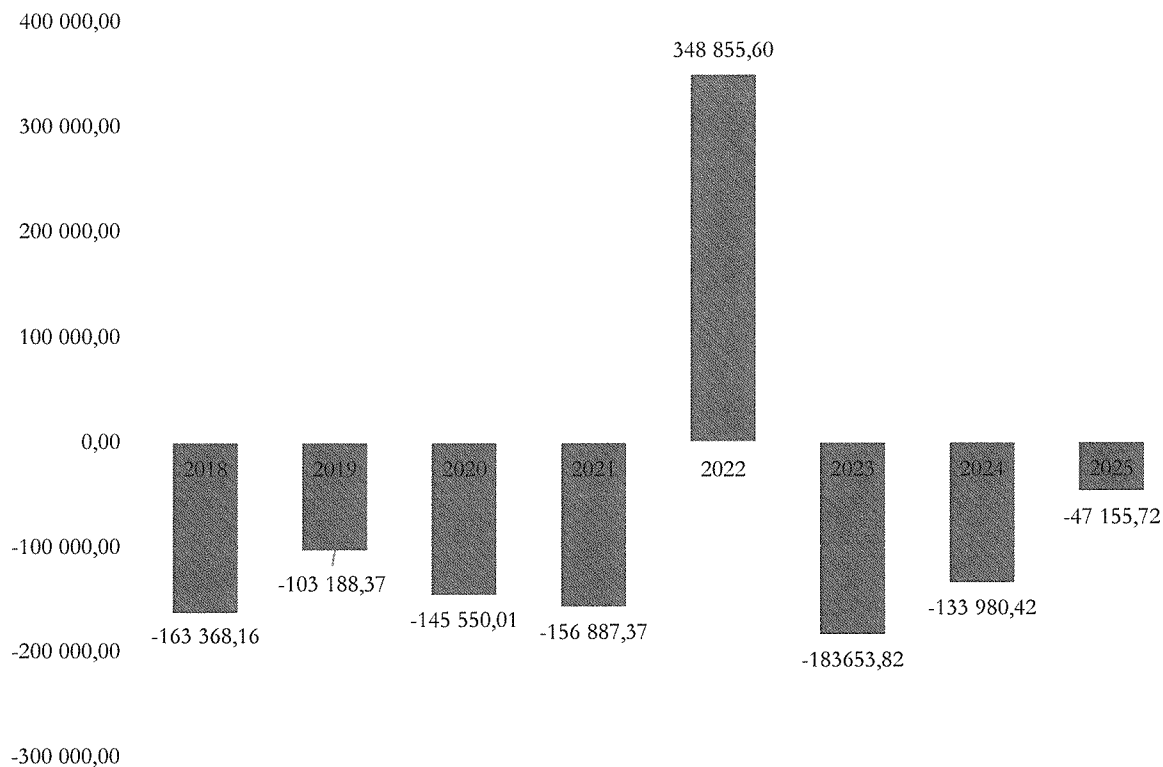


Figura 6 - Resultados dos últimos anos

Como se pode verificar, houve um resultado do período negativo abaixo da média dos últimos anos, com exceção do ano de 2022 em que o resultado foi positivo.

8. Situação financeira

Os fundos patrimoniais e o passivo da SPSOFG atingem no final do exercício o montante de 2.386 m€ e o passivo cifra-se pela quantia de 472 m€. De notar, que o passivo corrente ascende a 470 m€ e para lhe fazer face o ativo corrente ascende a 166 m€.



9. Perspetivas para 2026

Apesar da instabilidade financeira persistente, a SPSOFG mantém o seu compromisso com a inovação e a qualificação da sua intervenção social. No entanto, as dificuldades económicas sentidas em 2025 deverão prolongar-se em 2026, em grande parte devido à pressão inflacionista sobre os custos de funcionamento – nomeadamente com pessoal e fornecimentos – e à insuficiência do financiamento público ao abrigo dos acordos de cooperação em vigor, cuja atualização não acompanha os encargos reais das instituições.

Assim, a estratégia para 2026 deverá assentar nos seguintes eixos prioritários:

1. Reforço da Capacidade Financeira

- Desenvolver candidaturas a fundos comunitários e programas europeus de apoio à economia social, sustentabilidade e coesão territorial;
- Dinamizar campanhas de angariação de fundos com o apoio da comunidade, empresas locais e mecenas;
- Criar ou reforçar projetos autofinanciados (ex: oficinas de formação, eventos solidários, produtos e serviços sociais) para gerar receitas alternativas.

2. Gestão Rigorosa e Otimização de Recursos

- Avaliar o desempenho económico de cada resposta social e realocar recursos de forma mais eficiente;
- Introduzir sistemas de controlo interno mais robustos, com foco na sustentabilidade financeira;
- Aprofundar a monitorização dos custos e explorar medidas de redução do desperdício em todas as unidades da instituição.

3. Investimento em Parcerias e Redes

- Estreitar relações com universidades, centros de investigação e empresas do setor social, fomentando projetos de cocriação e inovação;

- Participar ativamente em redes e fóruns do setor solidário para influência política e partilha de boas práticas;
- Estimular projetos de responsabilidade social que possam beneficiar a SPSOFG através de doações, voluntariado corporativo ou apoio logístico.

4. Reforçar a representatividade das IPSS

- Reforçar o diálogo com o Estado, em particular com a Segurança Social e o Governo Central, para a necessária revisão e revalorização dos acordos de cooperação, adequando os apoios à realidade atual do setor e aos encargos efetivos das instituições;
- Apelar à criação de mecanismos extraordinários de apoio às IPSS, nomeadamente em períodos de elevada inflação ou instabilidade económica, que evitem o agravamento dos défices estruturais das organizações.

Desta forma, a SPSOFG continuará a atuar de forma prudente, mas proativa, defendendo a sustentabilidade da sua missão e a qualidade das suas respostas sociais, sem perder de vista a urgência de uma resposta pública mais proporcional e justa face aos desafios enfrentados pelas instituições do setor social solidário.

10. Proposta de aplicação dos resultados

Em face do exposto e em cumprimentos da Lei e dos Estatutos, propõe-se que o resultado líquido apurado, no montante de - 47 155,72 € seja mantido na conta de resultados transitados.

11. Agradecimentos

A Direção da Sociedade de Promoção Social – Obra do Frei Gil (SPSOFG) expressa, com profundo reconhecimento, os seus sinceros agradecimentos a todos quantos contribuíram para a prossecução da missão institucional ao longo do ano de 2025, um ano novamente marcado por adversidades económicas e incerteza social.

É graças ao empenho incansável dos colaboradores, ao profissionalismo das nossas equipas técnicas e ao valioso contributo dos voluntários, doadores e parceiros da comunidade, que foi



OBRA DO FREI GIL

possível ultrapassar os inúmeros desafios enfrentados. A dedicação demonstrada, sobretudo nos momentos mais críticos, reforça o espírito de solidariedade e o compromisso humano que sustentam o trabalho da SPSOFG.

Reconhece-se ainda todas as entidades públicas e privadas, que, nas suas diferentes esferas de intervenção – seja através da tutela, do cofinanciamento, da cooperação técnica ou do apoio institucional – têm sido fundamentais para que esta ação social possa continuar a chegar, com qualidade e dignidade, às crianças, jovens e famílias que mais necessitam.

A todas e todos, o nosso profundo agradecimento, com a certeza de que cada gesto, cada apoio e cada hora dedicada contribuíram de forma essencial para a continuidade de uma obra que se quer cada vez mais solidária, sustentável e transformadora.

Praia de Mira, 22 de maio de 2026

A Direção,

Augusto António Simões Rainho

Augusto António Simões Rainho
Augusto António Simões Rainho
Carlos Alberto Marques Catarino
Augusto António Simões Rainho

Entidade: Sociedade de Promoção Social - Obra do Frei Gil

N.º de identificação fiscal: 501834320

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2025

(em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2 202 294,96	2 244 470,65
Ativos Intangíveis	7	3 345,60	4 600,20
Investimentos financeiros	3.3	14 548,69	14 548,69
Participação de capital - Método do Custo			1 000,00
Fundos de Compensação do Trabalho			13 548,69
		2 220 189,25	2 263 619,54
Activo corrente			
Inventários	8	30 628,12	21 152,94
Créditos a receber	9	7 046,09	12 195,17
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	17	4 416,37	4 472,50
Outros ativos correntes	9	41 405,86	35 327,15
Caixa e depósitos bancários	4	82 455,39	93 504,26
		165 951,83	166 652,02
Total do ativo		2 386 141,08	2 430 271,56
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		4 599 856,08	4 599 856,08
Reservas		58 497,87	58 497,87
Resultados transitados	5, 21	-2 703 303,63	-2 569 323,21
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	21	5 954,32	8 909,35
Resultado líquido do período	5	-47 155,72	-133 980,42
Total dos fundos patrimoniais	21	1 913 848,92	1 963 959,67
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	20	2 455,18	8 043,65
		2 455,18	8 043,65
Passivo corrente			
Fornecedores		59 377,29	62 688,43
Estado e outros entes públicos	19	62 599,51	59 685,85
Financiamentos obtidos	20	5 588,48	5 183,81
Diferimentos	17	7 411,17	3 867,20
Outros passivos correntes	18	334 860,53	326 842,95
		469 836,98	458 268,24
Total do passivo		472 292,16	466 311,89
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 386 141,08	2 430 271,56

A contabilista Certificada

Vânia 607

A Direção

Antonio
F. António
João

Entidade: Sociedade de Promoção Social - Obra do Frei Gil

N.º de identificação fiscal: 501834320

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

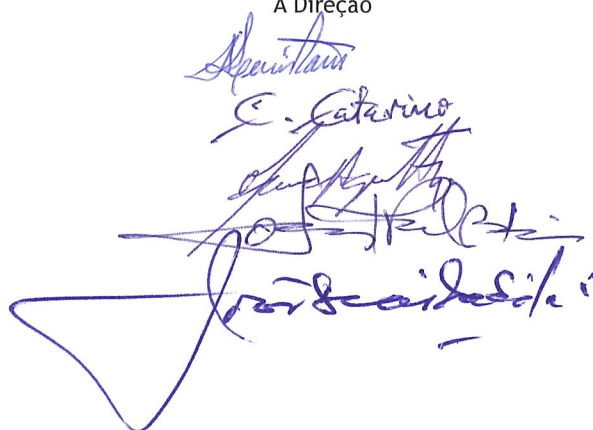
(em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	539 168,09	468 168,81
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1 685 341,59	1 671 611,66
Variação nos inventários da produção			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons	8	-186 746,50	-185 536,22
Fornecimentos e serviços externos	13	-387 287,12	-398 107,68
Gastos com o pessoal	14	-1 583 452,44	-1 545 436,19
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-3 607,90	-3 509,69
Aumentos/reduções de justo valor			1,35
Outros rendimentos	12	56 430,76	55 421,16
Outros gastos	5, 16	-104 342,13	-133 194,78
depreciações, gastos de financiamento e impostos		15 504,35	-70 581,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7	-61 588,79	-61 552,03
nal (antes de gastos de financiamento e impostos)		-46 084,44	-132 133,61
Juros e gastos similares suportados		-1 071,28	-1 846,81
Resultado antes de impostos		-47 155,72	-133 980,42
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	5	-47 155,72	-133 980,42

A contabilista Certificada



A Direção



Entidade: Sociedade de Promoção Social - Obra do Frei Gil

N.º de identificação fiscal: 501834320

Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

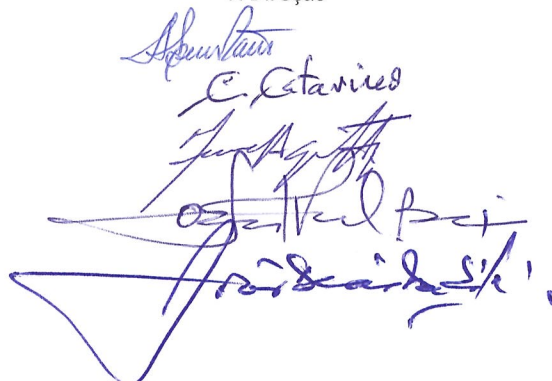
(em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		103 961,12	99 829,94
Recebimentos de subsídios		1 746 677,63	1 658 567,67
Pagamentos a fornecedores		-395 219,90	-437 393,04
Pagamentos ao pessoal		-1 080 992,33	-1 061 996,33
Caixa gerada pelas operações		374 426,52	259 008,24
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			-207,68
Outros recebimentos/pagamentos		-361 069,96	-343 888,13
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		13 356,56	-85 087,57
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-18 158,50	-15 258,03
Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Investimentos financeiros			28,09
Juros e rendimentos similares		20,33	20,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-18 138,17	-15 209,66
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5 183,80	-4 808,46
Juros e gastos similares		-1 083,46	-1 196,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-6 267,26	-6 004,46
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-11 048,87	-106 301,69
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		93 504,26	199 805,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	82 455,39	93 504,26

A contabilista Certificada



A Direção



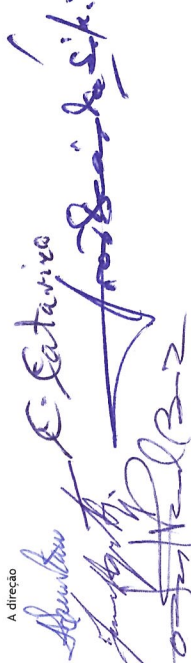
Entidade: Sociedade de Promoção Social - Obra do Frei Gil
 N.º de identificação fiscal: 501 834 320
 Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período findo em 31/12/2024

(em Euros)										
DESCRICÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais	
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO FINDO EM 31/12/2024		4 599 856,08	0,00	58 497,87	-2 385 669,39	0,00	11 864,38	-183 653,82	2 100 895,12	
7 ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-183 653,82		-2 955,03	183 653,82	-2 955,03	
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	-183 653,82	0,00	-2 955,03	183 653,82	-2 955,03	
9-7+8 RESULTADO INTEGRAL								-133 980,42	-133 980,42	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								49 673,40	-136 935,45	
10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO FINDO EM 31/12/2024	5	4 599 856,08	0,00	58 497,87	-2 569 323,21	0,00	8 909,35	-133 980,42	1 963 959,67	

A contabilista certificada



A direção



Entidade: Sociedade de Promoção Social - Obra do Frei Gil
 N.º de identificação fiscal: 501 834 320
 Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período findo em 31/12/2025

(em Euros)										
DESCRICÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais	
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO FINDO EM 31/12/2025		4 599 856,08	0,00	58 497,87	-2 569 323,21	0,00	8 909,35	-133 980,42	1 963 959,67	
7 ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-133 980,42		-2 955,03	133 980,42	-2 955,03	
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	-133 980,42	0,00	-2 955,03	133 980,42	-2 955,03	
9-7+8 RESULTADO INTEGRAL								-47 155,72	-47 155,72	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								86 824,70	-50 110,75	
10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO FINDO EM 31/12/2025		4 599 856,08	0,00	58 497,87	-2 703 303,63	0,00	5 954,32	-47 155,72	1 913 848,92	

A contabilista certificada



A direção



Manuel

ATAS
CONSELHO FISCAL

Folha 23

-----ATA NÚMERO VINTE E QUATRO-----

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas, reuniu na sua Sede, sita na Rua Dr. Manuel Estrela, 3070-811 Praia de Mira, o Conselho Fiscal da Sociedade de Promoção Social Obra do Frei Gil, com o número de pessoa coletiva 501 834 320, encontrando-se presentes os seus membros, Silvino de Jesus perdigão, Presidente, Fernando Albano Henriques Sequeira, Vogal e Manuel dos Anjos Pereirinha, Vogal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto único: Análise e discussão das contas do exercício de 2025-----

Ponto Único: - Iniciada a reunião, foram as contas analisadas e discutidas. O conselho Fiscal, deu, por unanimidade, parecer favorável à aprovação das contas.-----

Mais deliberou, igualmente por unanimidade, dar parecer favorável à afetação do resultado líquido do período de 2025, negativo em 47.155,72 € (quarenta e sete mil cento e cinquenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos).-----

Merece ainda destaque o desempenho da Direção da Instituição, que apesar de todas as dificuldades económicas pelas quais a Instituição tem passado, têm conseguido manter uma gestão cuidada e rigorosa-----

Por nada mais haver a tratar, foi pelas dezassete horas dada por encerrada a sessão, de que se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada por todos os presentes em sinal de conformidade. -----

(Silvino de Jesus Perdigão)
(Presidente)

(Fernando Albano Henriques Sequeira)
(Vogal)

(Manuel dos Anjos Pereirinha)
(Vogal)

ATAS

----- ATA NÚMERO TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, pelas dez horas, reuniu-se na respetiva sede social, sita na rua Dr. Manuel Estrela, no lugar e freguesia da Praia de Mira, a Direção da Sociedade de Promoção Social – Obra do Frei Gil, com o número de pessoa coletiva 501 834 320, encontrando-se presentes os seguintes membros: Augusto Lusitano Simões Rainho, presidente; Carlos Alberto Marques Catarino, secretário; Manuel Augusto dos Santos Girão, tesoureiro; João Dias da Silva, vogal; e Olímpio Varela Baía, vogal. Presente também a contabilista certificada Dr.ª Vânia Lopes, assessora da Direção. A Ordem de Trabalhos, previamente comunicada, foi a seguinte: -----

----- **Ponto um: Análise, apreciação e aprovação do Relatório de Contas do ano 2025;** -----

----- **Ponto dois: Deliberação sobre a afetação dos resultados.** -----

----- Após a apresentação de boas-vindas por parte do presidente da Direção, procedeu-se ao tratamento dos pontos da Ordem de Trabalhos: -----

----- **Ponto um: Análise, apreciação e aprovação do Relatório de Contas do ano 2025** – Solicitada a intervir como assessora da Direção, a contabilista Vânia Lopes procedeu à apresentação do Relatório de Contas de 2025, previamente elaborado, bem como à demonstração financeira dos resultados por naturezas, rubrica a rubrica, refletindo o funcionamento e gestão de cada um dos Centros e valências da Instituição. Foram esclarecidas todas as dúvidas apresentadas relativas às contas do exercício do ano em análise, que apresentam um resultado líquido negativo de 47.155,72 € (quarenta e sete mil cento e cinquenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos), apesar de uma gestão cuidada e de proximidade e do esforço contínuo desenvolvido pela generalidade dos colaboradores da Instituição no sentido da prossecução da missão, da rentabilização dos recursos e da sustentabilidade da Obra.. -----

----- Analisados os resultados, discutidas as contas no seu contexto e dissipadas todas as dúvidas pelos esclarecimentos avançados pela contabilista assessora da Direção, a reunião prosseguiu apenas com os elementos da Direção presentes, tendo o presidente colocado as mesmas à votação, de que resultou a sua aprovação por unanimidade. -----

----- **Ponto dois: Deliberação sobre a afetação dos resultados** – Foi deliberado por unanimidade que o resultado líquido apurado fosse mantido na conta de "Resultados Transitados". -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi pelas quinze horas encerrada a sessão, de que se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada pelos elementos da Direção presentes, em sinal de conformidade. -----

Augusto Lusitano Simões Rainho

(Augusto Lusitano Simões Rainho)

(Presidente)

Carlos Alberto Marques Catarino

(Carlos Alberto Marques Catarino)

(Secretário)

Manuel Augusto dos Santos Girão

(Manuel Augusto dos Santos Girão)

(Tesoureiro)

João Dias da Silva

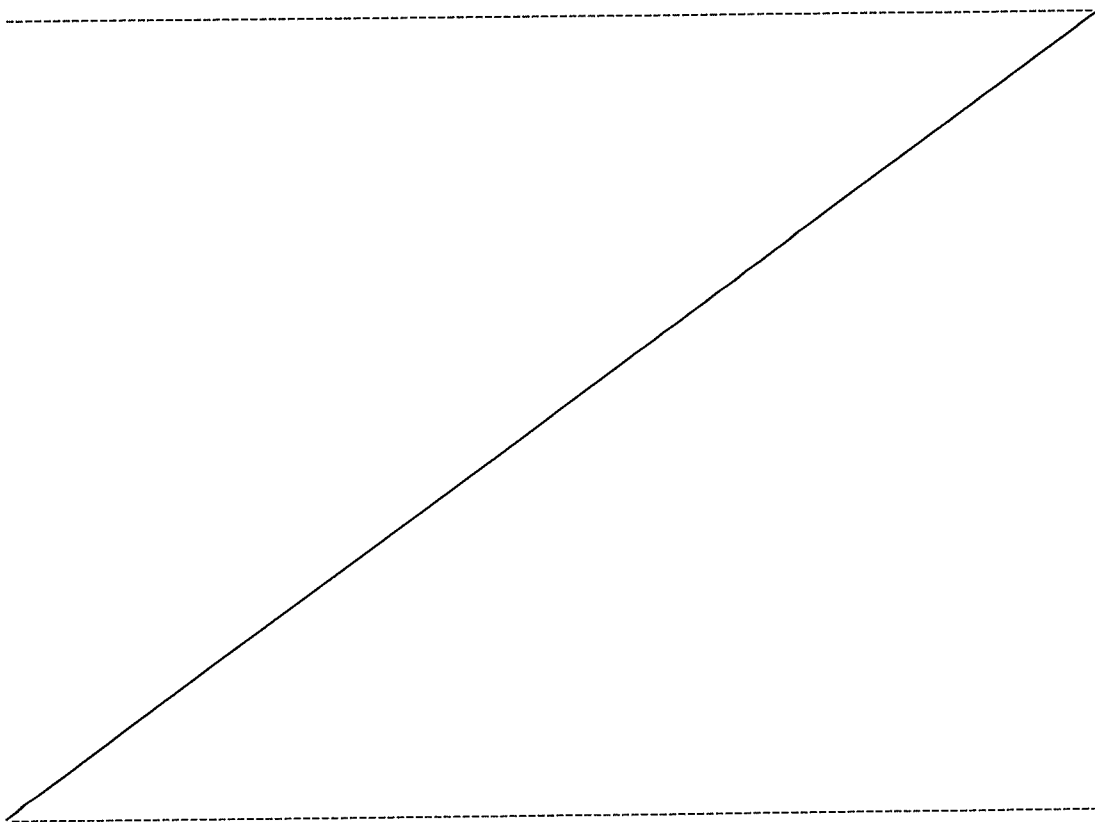
(João Dias da Silva)

(Vogal)

Olímpio Varela Baía

(Olímpio Varela Baía)

(Vogal)



Anexo às demonstrações financeiras individuais do período de 2025

1. Identificação da entidade

A Sociedade de Promoção Social - Obra do Frei Gil, fundada em 1942, é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, canonicamente ereta nos termos do parágrafo 1 do cânone 1303 do Código de Direito Canónico, sendo seu Prelado Protetor e Tutelar o Bispo da Diocese de Coimbra.

A instituição tem âmbito nacional e a sua sede na freguesia da Praia de Mira, concelho de Mira, distrito e diocese de Coimbra e tem como fins:

- a) A assistência social, concretamente no apoio à infância e juventude, à família e à terceira idade, tendo em especial atenção os mais necessitados e carenciados, com vista à integração social e comunitária;
- b) A educação e o ensino nos diferentes níveis;
- c) O apoio na área da saúde e seus cuidados;
- d) A promoção cultural, desportiva e recreativa;
- e) O apoio à família, nomeadamente, em matéria de habitação social, seja sob a forma de arrendamento sob regime de renda livre ou renda condicionada, seja sob forma de comodato.

Atualmente a Obra conta com três Centros de Acolhimento Residenciais (localizados no Porto, Santa Maria da Faria e Praia de Mira), um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (Santa Maria da Feira) e com um Infantário e creche.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação:

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e estão em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo DL 158/2009 de 13 de julho alterado pelo Decreto -Lei n.º 98/2015 de 2 de junho) com as especificidades aplicáveis às entidades do setor não lucrativo, nomeadamente da Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF -ESNL).

2.2. Disposições derogadas no exercício:

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes ou que tenham posto em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 - Comparabilidade:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo método do custo deduzido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação dos ativos tangíveis é efetuada de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas, de acordo com o regime do acréscimo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas	Anos
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	4 a 14
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 8

3.2. Ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A amortização destes ativos é efetuada de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

3.3 Investimentos financeiros:

Os investimentos financeiros são contabilizados pelo método do custo.

As entregas mensais efetuadas pela Sociedade para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) são mensurados ao justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo por base o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo. O valor da unidade de participação é determinado dividindo o valor líquido global do fundo pelo número total de unidades de participação emitidas.

3.4 Inventários:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o FIFO "first in, first out" como método de custeio das saídas e existências finais.

Handwritten signatures and notes in blue ink at the top right of the page.

A generalidade dos bens adquiridos a título gratuito, na sequência dos donativos em espécie atribuídos à entidade, são registados pelo preço de custo do bem para o doador, mediante informação suportada em documento emitido pelo mesmo.

Nas situações em que seja apurado um valor realizável líquido inferior ao custo de aquisição, procede-se ao registo da correspondente perda por imparidade.

A Entidade utiliza o regime de inventário intermitente.

3.5 Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos são mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo incluem nomeadamente Caixa e depósitos bancários, Fornecedores, Créditos a receber, Contas a pagar, Financiamentos.

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros não mensurados ao justo valor e sempre que existe evidência objetiva de imparidade, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração de resultados.

3.6 Especialização dos exercícios:

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

3.7 Rédito:

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito relacionado com as prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos pelo justo valor do montante a receber e com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros relativos à transação;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

3.8 - Subsídios e outros apoios:

Os subsídios são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição.

Os subsídios que compensam a Entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e reconhecidos em resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que visam financiar a aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subseqüentemente imputados a rendimentos na proporção das depreciações/amortizações registadas no período.

3.9 Imposto sobre o rendimento:

O tratamento do imposto sobre o rendimento é efetuado de acordo com o método do imposto a pagar. Nesta área, cumpre esclarecer que a Entidade encontra-se isenta de IRC ao abrigo do art.º 10.º do CIRC, concedida por despacho do Ministro de Finanças de 14/01/2002, para os rendimentos elencados no referido despacho.

3.10 Benefícios dos empregados:

Os benefícios dos empregados incluem os benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados, contribuições para a segurança social, subsídio de férias e natal, e os benefícios pela cessação de emprego correspondentes a compensações devidas decorrentes da cessação do contrato de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios de cessação de emprego não proporcionam a uma entidade contributos futuros para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras e são reconhecidos como um gasto imediatamente.

3.11 Acontecimentos após a data do balanço:

Os acontecimentos após a data do balanço, e até à data de autorização para emissão das demonstrações financeiras pelo Órgão de Gestão, que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço, dão lugar a ajustamentos nas referidas demonstrações financeiras.

3.12 - Juízos de valor e principais fontes de incerteza das estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor nas estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, bem como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras sendo que poderão ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras de 2025 e 2024 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis;
- Análises de imparidade, nomeadamente de dívidas a receber;
- Estimativa de gastos com férias e subsídio de férias dos trabalhadores;

As alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva.

4. Caixa e Depósitos Bancários:

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

Rubricas	Em Euros	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	5 796,49 €	5 215,24 €
Depósitos à ordem	76 658,9 €	88 289,02 €
TOTAL	82 455,39 €	93 504,26 €

5. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas contabilísticas e correção de erros:

Com exceção da situação descrita a seguir, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.

No ano de 2025 desreconheceu-se uma dívida existente na contabilidade em nome do Instituto da Segurança Social, relativa ao acordo de cooperação do Apartamento de Autonomização - Rua do Moreira 1º andar, reconhecido desde novembro de 2021 até dezembro de 2023, num total de 39.152,48€.

Procedeu-se à reexpressão retrospectiva do Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2024, por forma a contemplar a referida correção, cujo efeito é o evidenciado no quadro seguinte:

CORR.
EX.ANT. -
APL.
RETROPSETIVA

BALANÇO

RUBRICAS	31/12/2024	Correções	31/12/2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	2 244 470,65		2 244 470,65
Activos intangíveis	4 600,20		4 600,20
Investimentos Financeiros - Método de Equivalência Patrimonial	14 548,69		14 548,69
Investimentos Financeiros - Método do Custo	1 000,00		1 000,00
Fundos de compensação do trabalho	13 548,69		13 548,69
	2 263 619,54		2 263 619,54
Activo corrente			
Inventários	21 152,94		21 152,94
Créditos a receber	12 195,17		12 195,17
Estado e outros entes públicos	0,00		0,00
Diferimentos	4 472,50		4 472,50
Outros activos financeiros	74 479,63	-39 152,48	35 327,15
Caixa e depósitos bancários	93 504,26		93 504,26
	205 804,50	-39 152,48	166 652,02
Total do activo	2 469 424,04	-39 152,48	2 430 271,56
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	4 599 856,08		4 599 856,08
Reservas	58 497,87		58 497,87
Resultados transitados	-2 530 170,73	-39 152,48	-2 569 323,21
Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	8 909,35		8 909,35
Resultado líquido do período	-133 980,42		-133 980,42
			0,00
Total do fundo de capital	2 003 112,15	-39 152,48	1 963 959,67
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8 043,65		8 043,65
	8 043,65		8 043,65
Passivo corrente			
Fornecedores	62 688,43		62 688,43
Estado e outros entes públicos	59 685,85		59 685,85
Financiamentos obtidos	5 183,81		5 183,81
Diferimentos	3 867,20		3 867,20
Outros passivos financeiros	326 842,95		326 842,95
	458 268,24		458 268,24
Total do passivo	466 311,89		466 311,89
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	2 469 424,04	-39 152,48	2 430 271,56

Valores em Euros

Handwritten signatures and notes in blue ink, including "Acordo Social" and "E. P. Soares".

6. Ativos fixos tangíveis:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Em Euros

Rubricas relativas a ativos fixos tangíveis	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
---	------------------------------	--------------------------------	--------------------	---------------------------	----------------------------	------------	-------

Ativo bruto - Saldo final a 31-12-2023	1 113 961,02	2 723 284,54	239 256,97	212 174,22	87 076,32	744,49	4 376 497,56
Adições:							
Aquisições			12 856,66		2 401,37		15 258,03
Revalorizações			3 903,90				3 903,90
Diminuições:							
Alienações							0,00
Transferências e abates							0,00
Perdas por imparidade			-3 903,90				-3 903,90
Ativo bruto - Saldo final a 31-12-2024	1 113 961,02	2 723 284,54	252 113,63	212 174,22	89 477,69	744,49	4 391 755,59
Adições:							
Aquisições			18 158,50				18 158,50
Revalorizações							0,00
Diminuições:							
Alienações							0,00
Transferências e abates							0,00
Perdas por imparidade							0,00
Ativo bruto - Saldo final a 31-12-2025	1 113 961,02	2 723 284,54	270 272,13	212 174,22	89 477,69	744,49	4 409 914,09

Depreciações e perdas por imparidade - Saldo final a 31-12-2023	0,00	1 584 003,47	225 509,75	189 340,80	87 533,49	600,00	2 086 987,51
Reforço		38 033,70	14 182,13	6 850,00	1 231,60		60 297,43
Anulação/reversão/transferências							0,00
Depreciações e perdas por imparidade - Saldo final a 31-12-2024	0,00	1 622 037,17	239 691,88	196 190,80	88 765,09	600,00	2 147 284,94
Reforço		38 033,70	14 918,04	6 850,00	532,45		60 334,19
Anulação/reversão/transferências							0,00
Depreciações e perdas por imparidade - Saldo final a 31-12-2025	0,00	1 660 070,87	254 609,92	203 040,80	89 297,54	600,00	2 207 619,13

Valor líquido a 31 de dezembro de 2024	1 113 961,02	1 101 247,37	12 421,75	15 983,42	712,60	144,49	2 244 470,65
Valor líquido a 31 de dezembro de 2025	1 113 961,02	1 063 213,67	15 662,21	9 133,42	180,15	144,49	2 202 294,96

Handwritten signature

Handwritten signatures and initials

7. Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	<i>Em Euros</i>		
Rubricas relativas a ativos fixos intangíveis	Programas de computador	Certificação e gestão de processos	Total
Ativo bruto - Saldo final a 31-12-2024	1 666,52	12 546,00	14 212,52
Adições:			
Aquisições			
Revalorizações			
Diminuições:			
Alienações			
Transferências e abates			
Perdas por imparidade			
Ativo bruto - Saldo final a 31-12-2024	1 666,52	12 546,00	14 212,52
Adições:			
Aquisições			
Revalorizações			
Diminuições:			
Alienações			
Transferências e abates			
Perdas por imparidade			
Ativo bruto - Saldo final a 31-12-2025	1 666,52	12 546,00	14 212,52
Depreciações e perdas por imparidade - Saldo final a 31-12-2023	1 666,52	6 691,20	8 357,72
Reforço		1 254,60	1 254,60
Anulação/reversão/transferências			
Depreciações e perdas por imparidade - Saldo final a 31-12-2024	1 666,52	7 945,80	9 612,32
Reforço		1 254,60	1 254,60
Anulação/reversão/transferências			
Depreciações e perdas por imparidade - Saldo final a 31-12-2025	1 666,52	9 200,40	10 866,92
Valor líquido a 31 de dezembro de 2024	0,00	4 600,20	4 600,20
Valor líquido a 31 de dezembro de 2025	0,00	3 345,60	3 345,60

8. Inventários:

8.1 As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizados conforme descrito no ponto 3 acima.

Handwritten notes and signatures:
 V. Almeida
 Adm. da Obra
 H. Almeida

8.2 A decomposição do valor dos inventários apresentados no Balanço é a seguinte:

Rúbricas	Em Euros	
	31/12/2025	31/12/2024
Géneros alimentares	10 311,16 €	7 005,36 €
Produtos de higiene e conforto	15 006,68€	11 179,18 €
Produtos de farmácia	5 310,28 €	2 968,40 €
TOTAL	30 628,12 €	21 152,94 €

8.3 O montante de inventários reconhecido como um gasto durante os períodos de 2025 e de 2024 detalha-se conforme o quadro seguinte:

Rúbricas	Em Euros	
	31/12/2025	31/12/2024
Existências Iniciais	21 152,94	24 182,04
Compras	47 100,30	51 270,76
Regularizações Existências	149 121,38	131 236,36
Existências finais	30 628,12	21 152,94
Custos no exercício	186 746,50	185 536,22

9. Créditos a receber e outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 as contas a receber tinham a seguinte composição:

Rúbricas	Em Euros	
	31/12/2025	31/12/2024
Créditos a Receber		
Clientes e Utentes Conta Corrente	7 046,08	12 195,17
Clientes e Utentes Cobrança Duvidosa	34 557,81	30 969,90
<i>Imparidade para Clientes e Utentes Cob. Duvidosa</i>	<i>-34 557,80</i>	<i>-30 969,90</i>
TOTAL	7 046,08	12 195,17
Outros Ativos Correntes		
Fornecedores	330,21	1547,82
Pessoal	0,00	228,66
Devedores por acréscimos de rendimentos	776,68	22 453,82
Outras contas a Receber Cobrança Duvidosa - Outras contas a Receber Cobrança Duvidosa		
Instituto de Promoção Social de Bustos, SA - Em Liquidação	22 093,84	22 093,84
Município de Oliv. Bairro - contrato de arrendamento	31 395,00	31 395,00
Inquilinos	10 635,00	10 635,00
<i>Imparidade Conta a Receber Cob. Duvidosa</i>	<i>-64 123,84</i>	<i>-64 123,84</i>

Comparticipações a Receber - Instituto da Segurança Social	0,00	28 900,90
Outras contas a Receber - IEFP	10 802,19	8 271,97
Outras contas a Receber - Restantes	29 496,78	13 076,46
TOTAL	41 405,86	35 327,15

O valor das imparidades registadas em resultados no exercício de 2025 foi de - 3.607,90 euros, respeitante a dívidas de clientes. No exercício de 2024 o valor das imparidades registadas em resultados foi de 3.509,69 euros, respeitantes a dívidas de clientes.

10. Rédito:

As prestações de serviços nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 correspondem às listadas no quadro a seguir apresentado:

Rúbricas	Em Euros	
	2025	2024
Prestações de serviços:		
Creche	187,35	15 822,95
Pré-escolar	68 755,67	62 864,77
Música Infantil	5 764,00	5 376,00
Transporte Infantil	4 184,47	2 986,00
Outros serviços do Infantil	22 937,65	17 356,90
Comparticipações da Segurança Social	437 338,95	363 762,19
<i>Creche</i>	275 877,16	218.489,67
<i>Pré-escolar</i>	161 461,79	145.272,52
TOTAL	539 168,09	468 168,81

11. Subsídios, doações e legados à exploração:

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Entidade reconheceu como “Subsídios, doações e legados à exploração” os seguintes rendimentos:

Rubricas	Em Euros	
	2025	2024
Subsidios-Centro Regional de Segurança Social	1 282 006,29	1 252 921,83
Subsidios-I.E.F.P.	7 004,53	12 262,52
Subsídios - Outras entidades públicas	9 025,67	14 169,77
Subsídios-Outras entidades	2 243,34	2 522,10
Donativos	385 061,76	389 735,44
TOTAL	1 685 341,59	1 671 611,66

As condições necessárias à satisfação das disposições contratuais constantes dos acordos firmados com o Governo para a concessão dos subsídios estão a ser cumpridas, não sendo previsível qualquer alteração deste quadro até ao termo dos contratos respetivos.

Valeriano
Assunto
M. O. S.
E. C. S.
Luís Silva

12. Outros rendimentos:

A rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 tinha a seguinte composição:

	<i>Em Euros</i>	
Outros rendimentos e ganhos	2025	2024
Rendas de Imóveis	11 441,48	10 652,44
Bonificação p/deficiência/Subsídio Educação Especial	8 503,32	12 612,83
Outros rendimentos e ganhos	15 720,66	13 277,01
Consignação Fiscal (IRS e IVA)	17 810,27	15 923,85
Imputação Subsídios ao Investimento	2 955,03	2 955,03
TOTAL	56 430,76	55 421,16

13. Fornecimentos e serviços externos:

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 tinha a seguinte composição:

	<i>Em Euros</i>	
Rubricas	2025	2024
Conservação e reparação	77 592,97	61 558,69
Eletricidade	49 562,44	57 783,30
Gás	35 314,67	42 952,26
Subcontratos	30 675,76	30 609,81
Honorários	25 358,45	24 065,35
Trabalhos especializados	24 535,97	30 051,99
Despesas escolares	22 822,42	11 238,92
Combustíveis	19 624,46	20 310,28
Água	16 705,26	12 677,49
Encargos de saúde utentes	14 104,48	26 731,66
Produtos de limpeza	12 767,40	12 778,13
Seguros	11 569,18	10 738,79
Comunicação	10 766,98	10 453,93
Semanadas a utentes	8 701,75	3 499,25
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7 230,44	17 384,74
Deslocações e estadas	5 590,63	6 700,53
Rendas e alugueres	3 984,28	3 623,78
Transporte de utentes	2 917,99	6 581,64
Limpeza, higiene e conforto	2 781,36	1 450,92
Vestuário e calçado de utentes	2 712,64	2 362,77
Outros gastos	1 113,25	2 686,90
Material de escritório	854,34	1 866,55
TOTAL	387 287,12	398 107,68

14. Benefícios dos empregados:

A Direção, que exerce as suas funções em regime de voluntariado, é composta da seguinte forma:

Cargo	05/03/2019 a 01/02/2021	02/02/2021 a 15/02/2022	16/02/2022 a presente
Presidente	Dr. Augusto Lusitano Rainho	Dr. Augusto Lusitano Rainho	Dr. Augusto Lusitano Rainho
Secretário	Engº Carlos dos Santos Rodrigues	Engº Carlos dos Santos Rodrigues	Prof. Carlos Alberto Marques Catarino
Tesoureiro	Dr. Carlos Guerreiro de Moura	Dr. João Dias da Silva	Sr. Manuel Augusto dos Santos Girão
Vogal	Dr. João Dias da Silva		Dr. João Dias da Silva
Vogal	Prof. Carlos Alberto Marques Catarino	Prof. Carlos Alberto Marques Catarino	Olímpio Varela Baía
Vogal	Sr. Manuel Augusto dos Santos Girão	Sr. Manuel Augusto dos Santos Girão	

Apresenta-se no quadro seguinte o detalhe dos gastos com pessoal, incorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Rubricas	Em Euros	
	2025	2024
Remunerações dos Órgãos Sociais	0	0
Remunerações do Pessoal	1 264 992,10	1 235 853,84
Remunerações Planos Ocupacionais - Medidas IEFP	3 654,38	10 613,76
Encargos sobre remunerações	278 029,03	273 510,46
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	21 376,55	16 795,05
Outros	15 400,38	8 663,08
TOTAL	1 583 452,44	1 545 436,19

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Entidade teve ao seu serviço um número médio 89 trabalhadores.

15. Voluntários e beneficiários:

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Entidade contou com um número médio de 13 e 16 voluntários, respetivamente.

16. Outros gastos:

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024 tinha a seguinte composição:

Outros gastos e perdas	Em Euros	
	2025	2024
Perdas em inventários - quebras géneros alimentares	98 279,76	126 791,53
Outros - restantes	4 591,01	3 019,93

Handwritten signatures and notes:
 U...
 Adunton
 E. Catarina
 Heitor S/a

Donativos	0	194,67
Impostos	1 471,36	3 188,65
<i>Dos quais IMI</i>	980,63	1 806,77
TOTAL	104 342,13	133 194,78

17. Diferimentos:

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Diferimentos” evidenciada no ativo e no passivo tinha a seguinte decomposição:

Em Euros

Diferimentos	31/12/2025	31/12/2024
Gastos a reconhecer:		
Seguros	4 118,03	3 979,26
Outros	298,34	493,24
TOTAL	4 416,37	4 472,50
Rendimentos a reconhecer:		
Medidas de apoio à contratação IEFP	7 411,17	3 867,2
TOTAL	7 411,17	3 867,20

18. Outros passivos correntes:

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 as contas a pagar da Entidade tinham a seguinte composição:

Em Euros

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Credores por acréscimos de gastos	218 785,28	228 926,73
<i>Remunerações a liquidar</i>	211 517,26	222 817,75
<i>Impostos a liquidar (IMI)</i>	543,72	387,15
<i>Restantes acréscimos</i>	6 724,30	5 721,83
Prestações Familiares	110 488,76	90 053,13
Outras Contas a Pagar	5 586,49	7 863,09
TOTAL	334 860,53	326 842,95

19. Estado e outros entes públicos (Passivo):

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava as seguintes quantias:

Valeria
Heidi
Em Euros

Estado e outros entes públicos	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de impostos sobre rendimentos	6 683,60	4 289,35
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	24,22	20,83
Contribuições e descontos para a Segurança Social	55 891,69	55 375,67
TOTAL	62 599,51	59 685,85

A Entidade apresenta a sua situação contributiva e tributária regularizada.

20. Financiamentos obtidos:

O saldo apresentado por esta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 corresponde ao valor em dívida respeitante ao contrato de empréstimo “Crédito automóvel” celebrado com o Banco Credibom, para financiar a aquisição da viatura Fiat de matrícula 29-UO-56.

O valor das prestações de capital a liquidar no exercício de 2026, no montante de 5.588,48 euros, encontra-se registado no passivo corrente. O montante de 2.455,18 euros, a liquidar após 31/12/2026, encontra-se registado no passivo não corrente.

21. Fundos Patrimoniais

Em 2025 ocorreram as seguintes alterações nas rubricas dos fundos patrimoniais:

Rubricas Fundos Patrimoniais	Em Euros			
	31/12/2024	Aumentos	Reduções	31/12/2025
Fundos	4 599 856,08			4 599 856,08
Reservas	58 497,87			58 497,87
Resultados transitados	-2 569 323,21		-133 980,42	-2 703 303,63
Outras variações nos fundos patrimoniais	8 909,35		-2 955,03	5 954,32
Resultado líquido do período	-133 980,42	133 980,42	-47 155,72	-47 155,72
TOTAL	1 963 959,67	133 980,42	-184 091,17	1 913 848,92

A rubrica de “Resultados Transitados” foi movimentada em 2025 pela aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2023 (-133.980,42€);

A rubrica de “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” foi diminuída pela transferência para rendimentos do exercício dos subsídios proporcionais às depreciações dos bens objeto do subsídio (-2.955,03 €).

22. Ativos e Passivos Contingentes

A Sociedade de Promoção Social Obra do Frei Gil, IPSS, é parte em processo judicial de expropriação (Processo n.º 470/23.9T80BR), a correr termos no Juízo de Competência Genérica de Oliveira do Bairro, no qual contesta, entre outros aspetos, a nulidade do despacho de adjudicação e o valor da indemnização fixado.

A Sociedade considera que o justo valor indemnizatório deverá ser, no mínimo, equivalente ao valor patrimonial tributário do imóvel expropriado, no montante de € 4.895.583,34. A presente ação não reflete um risco de perda ou responsabilidade contingente, mas sim um potencial ganho futuro, não reconhecido contabilisticamente por ausência de decisão definitiva.

23. - Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data do balanço e a data de autorização para a emissão destas demonstrações financeiras, não ocorreram quaisquer acontecimentos subsequentes que afetem materialmente a posição financeira ou o desempenho da Entidade, ou cuja não divulgação fosse suscetível de afetar a capacidade dos utentes de tomarem decisões económicas adequadas.

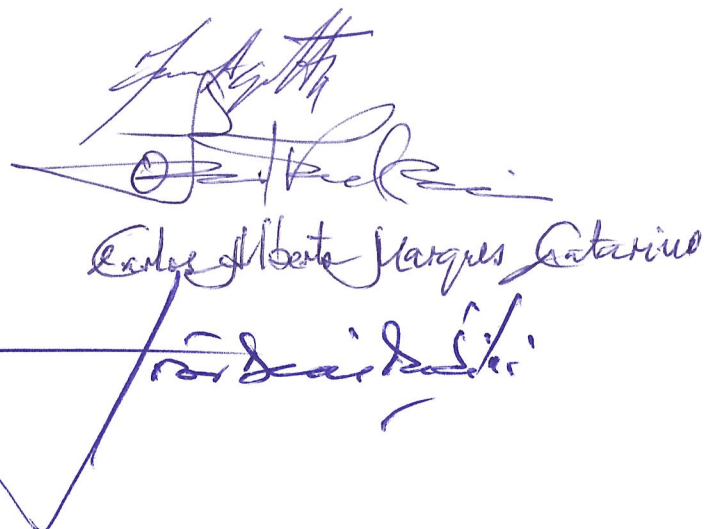
24. Datas de aprovação e autorização de emissão das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção em 26/05/2025.

A Contabilista Certificada



A Direção





RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exma. Direção da
**Sociedade de Promoção Social - Obra do
Frei Gil**
Rua Dr. Manuel Estrela
3070-811 Praia de Mira

Coimbra, 29 de maio de 2026

Ref.: Auditoria às contas de 2025

Exmos. Senhores,

O presente relatório destina-se à Direção da Sociedade de Promoção Social - Obra do Frei Gil (a Entidade) e resulta do trabalho que realizámos no âmbito da nossa auditoria destinada à Certificação Legal das Contas dessa entidade relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Este documento não substitui os documentos oficiais de fiscalização e certificação legal das contas, destinando-se apenas a providenciar a VV. Ex.ºs informação adicional sobre o trabalho que desenvolvemos, principais conclusões obtidas e apresentação de notas/recomendações que possam contribuir para a melhoria da qualidade da vossa informação financeira.

Na presente data emitimos também a Certificação Legal das Contas.

Dado que os Estatutos não incluem Revisor Oficial de Contas no Conselho Fiscal, não nos compete subscrever o respetivo parecer; Contudo, estamos disponíveis para prestar ao referido Órgão todas as informações que nos forem solicitadas no âmbito das nossas funções de fiscalização.

I. PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

1. A nossa auditoria foi desenvolvida ao longo de todo exercício económico com base no tratamento analítico em Gabinete dos balancetes da entidade, com o objetivo de acompanhar a evolução da sua atividade, o grau de realização dos seus direitos e obrigações, e identificar saldos e transações que pela sua natureza e/ou montante devessem merecer atenção especial da auditoria;



2. Quando considerámos adequado, solicitámos e obtivemos da Direção e dos Serviços as informações necessárias ao esclarecimento das questões suscitadas nos nossos exames e realizámos testes e procedimentos substantivos destinados a documentar o nosso trabalho e obter prova interna de suporte às nossas conclusões.

3. O nosso trabalho de campo incluiu:

3.1. Entrevistas com os principais responsáveis e realização de testes de conformidade para confirmação das respostas obtidas, com o objetivo de avaliar o Sistema de Controlo Interno (SCI) relevante para a preparação das demonstrações financeiras.

3.2. Testes de conformidade ao sistema informático para confirmação de que os diversos módulos (imobilizado, salários e comercial) refletem de forma apropriada e integral as operações ocorridas e que os seus outputs são adequadamente vertidos no software central de contabilidade;

3.3. Análise da documentação de suporte às aquisições e confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e de eventuais ónus ou encargos incidentes sobre estes bens;

3.4. Confirmação das valorizações dos Inventários e análise dos movimentos para identificação de indícios de eventuais imparidades;

3.5. Análise e testes dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

3.6. Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;

3.7. Análise das estimativas contabilísticas efetuadas pela Entidade, nomeadamente as referentes às depreciações do Ativo Fixo, a Imparidades e Contingências e a outros Acréscimos e Diferimentos;

3.8. Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;

4. No período de encerramento das contas, além da obtenção de prova externa das relações e operações realizadas com dois bancos cujas respostas conciliámos com as reconciliações elaboradas pela entidade, procedemos à circularização de amostras representativas de saldos das contas a receber e a pagar, cujas respostas conciliámos com os registos contabilísticos.

Para todos os casos em que não recebemos resposta realizámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.

5. Ainda para confirmação das conclusões obtidas solicitámos e obtivemos:



- 5.1. da Administração Fiscal e da Segurança Social declarações de que a entidade apresenta naquelas instituições a sua situação regularizada;
 - 5.2. do advogado que identificámos nas contas da empresa, informação dos processos sob seu patrocínio que possam constituir direitos, responsabilidades ou contingências que não tivessem sido por nós identificadas, bem como honorários em dívida.
 - 5.3. da Direção da entidade a declaração do órgão de gestão prevista na norma internacional de auditoria.
6. Por fim, procedemos
- 6.1. à verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - 6.2. à apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no Anexo e
 - 6.3. à apreciação do relatório de gestão incluindo a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direção o qual satisfaz os requisitos legais e verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

II. NOTAS E RECOMENDAÇÕES

Em resultado dos nossos exames, entendemos dever deixar as seguintes notas/recomendações sobre temas que merecem, em nossa opinião, a ponderação dos responsáveis no sentido de poderem ser melhorados:

1. Mantém-se a recomendação de formalização completa do SCI da v/ organização no sentido de serem garantidos os seus principais objetivos de salvaguarda dos ativos, condução ordenada e eficiente dos negócios e produção de informação financeira fiável e oportuna.

III. CONCLUSÕES

Em resultado do trabalho realizado emitimos a nossa certificação legal das contas na modalidade de relatório não qualificado (certificação limpa).

Na expectativa de que o presente relatório seja aceite como um contributo para a melhoria da v/ organização reiteramos o nosso agradecimento pela atenção e colaboração que nos tem sido dispensada.



Leal & Associado
SROC, Lda

S. P. S. Obra do Frei Gil
Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria

Sendo o que se nos oferece, reiteramos o nosso agradecimento pela colaboração que nos foi prestada pelo Senhor Presidente da Obra e pelos Serviços com quem contactámos.

Com os melhores cumprimentos,



Leal & Associado
SROC, Lda

Representada por

JOSÉ LUÍS DE SOUSA LEAL
Assinado de forma digital por
JOSÉ LUÍS DE SOUSA LEAL
Dados: 2026.05.29 13:53:12
+01'00'

(Sousa Leal)
(ROC N.º 616)